



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.006/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026**

**OBJETO: O PRESENTE PREGÃO ELETRÔNICO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TAPIRA/MG, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

<b>MODALIDADE:</b> PREGÃO ELETRÔNICO
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b> MENOR PREÇO GLOBAL
<b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO
<b>LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:</b> 15 DE MAIO DE 2026, ATÉ AS 08h59
<b>ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA:</b> 15 DE MAIO DE 2026, ÀS 09h00
<b>VALOR ESTIMADO:</b> R\$ 128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais)
<b>AGENTE DE CONTRATAÇÃO:</b> ANIELE BATISTA DOS REIS
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b> AS DESPESAS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO SERÃO SUPOSTA PELA DOTAÇÃO: <b>FICHA 264 – CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b> 021000 10 301 0106 2.0526 0000 39039
<b>PARTICIPAÇÃO:</b> AMPLA CONCORRÊNCIA



## 1 - PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE TAPIRA/MG**, com sede na Rua Cristino Ribeiro Resende, nº 32, Bairro - Centro, Tapira/MG, por intermédio de sua Prefeita Municipal, a Sra. **MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES**, torna pública a realização de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, modo de disputa ABERTO**, regido pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 24, de 13 de janeiro de 2025, bem como pelas disposições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

1.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

1.2. A (s) proposta (s) de preços e os documentos de habilitação deverão ser cadastrados na plataforma licitanet, até às **08h59min do dia 15/05/2026**, quando se dará abertura da sessão pública, às 9h00.

1.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.4. Caso haja problemas na operação do sistema, deverão ser comunicados pelos licitantes, imediatamente ao provedor, através do site <https://licitanet.com.br>.

1.5. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 246/2025, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o **PREGÃO ELETRÔNICO** através do site <https://licitanet.com.br>.

1.6. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data aprazada, todas as datas constantes deste instrumento convocatório serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente da Prefeitura Municipal de Tapira/MG.

## 2 – DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TAPIRA/MG, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**, conforme as quantidades, condições e especificações técnicas contidas neste Edital e em seus anexos.

2.2. Informações mais detalhadas do objeto constam do Anexo I – Termo de Referência.

2.3. A presente licitação será realizada em item único, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, podendo participar do certame todos os licitantes que atendam às condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

2.4. O valor máximo estimado para a presente licitação, referente à execução do objeto, é o constante do Anexo I – Termo de Referência, que servirá como parâmetro para a Pregoeira durante a fase de lances e julgamento das propostas, não podendo as propostas finais apresentadas pelos licitantes ultrapassar o valor estimado pela Administração.

## 3 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Em até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital.

3.2. Tanto a impugnação quanto os pedidos de esclarecimentos e providências deverão ser realizados, mediante petição, por forma eletrônica, através do Sistema Eletrônico do site <https://licitanet.com.br>.



**3.3.** Ambos serão respondidos mediante divulgação na internet, através do site <https://licitanet.com.br> ou no diário oficial do Município no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**3.4.** Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

**3.5.** A impugnação, os pedidos de esclarecimento e outras providências não possuem efeitos suspensivos, sendo tal excepcional e, quando aplicados, deverão ser motivados pela Pregoeira, nos autos deste Pregão Eletrônico.

**3.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**3.7.** A apresentação de impugnação realizada após o prazo estipulado no subitem 3.1. Não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

#### **4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar da presente licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital, inclusive quanto à documentação, e que estiverem prévia e devidamente credenciadas perante o Sistema Eletrônico através do site <https://licitanet.com.br>.

**4.1.1.** Para verificação da compatibilidade entre as atividades da (s) licitante (s) e o (s) objeto (s) licitado (s), servirão para análise o código CNAE ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.

**4.2.** Quanto à participação das microempresas (MEI e ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, este processo se rege pelas seguintes condições:

**4.2.1.** O presente certame não é destinado exclusivamente à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), tendo em vista que o valor total estimado da contratação ultrapassa o limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 (R\$ 80.000,00).

**4.2.2.** Ademais, não se mostra viável o desmembramento do objeto para fins de reserva de cota de até 25% para ME e EPP, nos termos do art. 48, inciso III, do referido diploma legal, em razão da natureza indivisível dos serviços a serem contratados. Trata-se de prestação de serviços contínuos e integrados de manutenção preventiva e corretiva, com eventual substituição de peças, em equipamentos odontológicos, cuja execução exige padronização técnica, gestão centralizada e responsabilidade unificada, de modo que a sua fragmentação poderia comprometer a eficiência, a qualidade dos serviços prestados e a adequada responsabilização contratual.

**4.2.3** Dessa forma, a adoção de contratação única mostra-se a alternativa mais adequada ao atendimento do interesse público, assegurando maior eficiência operacional, economicidade e segurança na execução contratual.

**4.2.4.** As microempresas e empresas de pequeno porte que participarem do presente certame gozarão dos demais tratamentos diferenciados e favorecidos nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**4.2.5.** As microempresas e empresas de Pequeno Porte que quiserem se valer do tratamento diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e

manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pela Pregoeira ou pelo Sistema, nos momentos e tempos adequados.

**4.3.** A participação nesta licitação importa à proponente, independentemente de declaração expressa, irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

**4.4.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de proposta serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo a Administração, em nenhum caso, responsável por eles.

**4.5.** Não cabe às licitantes, após abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo.

**4.6.** Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente este Edital e seus Anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I.

**4.7.** Como requisito para participação deste Pregão Eletrônico a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, de agora em diante denominado apenas Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descrição técnica constante no Termo de Referência – Anexo I.

**4.8.** A licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, podendo ser utilizado o modelo do Anexo III deste Edital, a qual poderá estar contida em declaração unificada na forma disponibilizada pelo Sistema Eletrônico em que se realizará a licitação.

**4.9.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156, inc. IV e §5º da Lei 14.133/2021.

**4.10.** Não poderão participar da presente licitação as licitantes:

**4.10.1.** Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

**4.10.2.** Que desempenhem atividade incompatível com o objeto da licitação;

**4.10.3.** Que se encontram sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação, liquidação ou concurso de credores;

**4.10.4.** Que se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.10.5.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**4.10.6.** que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio<sup>1</sup>;

**Justificativa 4.10.6:** A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Tapira/MG coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada com a ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de

<sup>1</sup> Conforme precedentes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, tal vedação é ato discricionário da Administração, devendo ser devidamente justificado nos autos, sendo que tal vedação se deve ao fato de que conforme pesquisa de mercado há um universo de fornecedores que possam atender o objeto do certame de forma individual, sem a necessidade de consorciamento; cabe ainda salientar que o consorciamento pode ser considerado antieconômico para a contratação, pois a união de empresas para execução do objeto retiraria a possibilidade de competição entre os mesmos, elevando os preços de contratação para o Município.



empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômica financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de materiais e/ou contratação de serviços comuns, não se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, conseqüentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

**4.10.7.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.10.8.** Que se enquadrem como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**4.10.9.** Que se enquadrem como instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017);

**4.10.10.** Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.10.11.** Que sejam empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.10.12.** Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

**4.12.** O impedimento de que trata o item 4.10.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.13.** A vedação de que trata o item 4.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.14.** As licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

**4.15.** Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.





**4.16.** Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

**4.17.** A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**4.16.** A participação de cooperativas ficará condicionada à apresentação de documentação complementar à habilitação, cujas peças serão especificadas em item específico no presente Edital.

## **5 – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O PROCEDIMENTO**

**5.1.** A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando da Pregoeira, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

**5.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**5.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **6 – DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**6.1.** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “pregão eletrônico” através do site <https://licitanet.com.br/>.

**6.1.1.** As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento na plataforma acima antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

**6.2.** Qualquer informação acerca do credenciamento poderá ser obtida através do site <https://licitanet.com.br/>, conforme instruções nele contidas, e/ou as dúvidas deverão ser sanadas com o suporte técnico do sistema eletrônico através do telefone (34) 2512-6500, WhatsApp (34) 3014-6633 ou e-mail [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br).

**6.3.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**6.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

**6.5.** A perda de senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**6.6.** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**6.7.** A licitante, se for o caso, deverá encaminhar através do site <https://licitanet.com.br/>, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), podendo ser utilizado o modelo do Anexo deste Edital.

**6.8.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

**6.9.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.10.** É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**6.11.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**6.12.** A Administração não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para obtenção da chave e senha de acesso, haja vista ser esse procedimento de exclusiva responsabilidade do provedor do sistema eletrônico.

## **7 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Na licitação referente a este edital, a fase de habilitação **sucedera** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**7.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<https://licitanet.com.br/>) a **proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado**, incluindo **quantidade, preço** e a **marca** (conforme o sistema solicita), se for o caso, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, vedada a identificação do titular da proposta.

**7.3.** Em caso de identificação do titular da proposta registrada, esta será **desclassificada** pela Pregoeira.

**7.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.5.** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

**7.6.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema eletrônico e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**7.7.** Na proposta de preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

**7.8.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**7.8.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.



**7.8.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**7.8.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**7.8.4.** Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**7.8.5.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.9.** O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

**7.9.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**7.9.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**7.10.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

**7.10.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**7.10.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**7.10.3.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**7.10.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

**7.10.5.** Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**7.10.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**7.10.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**7.10.8.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**7.10.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

**7.10.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações;



**7.10.11.** Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de personalidade, subordinação e habitualidade.

**7.11.** A falsidade das declarações de que trata o item 7.8 e 7.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

**7.12.** Até a data e horário da entrega das propostas, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**7.13.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, o que ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.14.** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**7.15.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**7.16.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**7.17.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **8 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**8.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**8.1.1.** Valor unitário e total do item;

**8.1.2.** Marca (se for o caso);

**8.1.3.** Modelo (se for o caso);

**8.1.4.** Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria”);

**8.1.5.** Descrição detalhada do objeto, contendo informações similares à especificação do Anexo I – Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, a descrição, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

**8.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**8.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**8.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**8.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I – Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

8.6. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

## 9 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. No horário estabelecido neste Edital, a Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 8.1 deste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

9.4. A Pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “descrição detalhada do objeto” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo ainda, ser analisado pelo órgão requerente), **desclassificando** motivadamente aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.5. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.6. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.7. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, e somente as que forem classificadas participarão da fase de lances.

9.9. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.10. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1% do valor unitário estimado para o item**.

9.13. Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o **modo de disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



- 9.16.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, quando for o caso.
- 9.17.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.18.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.19.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.20.** No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.21.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeira aos participantes do certame, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.
- 9.22.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.23.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 9.23.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 9.23.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.23.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.23.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.24.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.24.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.24.2.** Empresas brasileiras;
- 9.24.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- 9.24.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 9.25.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 9.26.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



**9.27.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**9.28.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.29.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**9.30.** O (A) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2h00 (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**9.30.1.** É facultado ao (à) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.31.** A proposta final, a ser enviada pelo (s) licitante (s) melhor (es) colocado (s) por intermédio do sistema eletrônico, deverá:

**9.31.1.** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

**9.31.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

**9.32.** O licitante poderá assinar a proposta final que é disponibilizada no sistema (“assinar proposta final”);

**9.33.** O licitante deverá colocar no campo observação do sistema ou informar no chat: o representante legal para fins de assinatura do contrato e dados bancários para pagamento;

**9.34.** O e-mail informado pela licitante deverá ser do representante legal da empresa, pois esse e-mail será utilizado para encaminhamento das atas e contratos para assinatura.

**9.35.** Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no termo de referência, sob pena de desclassificação.

**9.35.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros.

**9.35.2.** No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**9.36.** É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.37.** Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10 – DA FASE DE JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**10.1.** Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 4.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros, pelo nome e CNPJ da empresa licitante:



**10.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

**10.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); ou

**10.1.3.** Caso não seja possível a consulta nos cadastros acima, a consulta poderá ser substituída pela certidão Consolidada Jurídica (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e Certidão Negativa de Inidôneos e inabilitados dos sócios (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:6596180056520::NO:3,4,6::>).

**10.2.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**10.3.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

**10.3.1.** Contiver vícios insanáveis;

**10.3.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Anexo I – Termo de Referência;

**10.3.3.** Apresentar preço superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

**10.3.4.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**10.3.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**10.4.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**10.5.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**10.6.** A inexequibilidade, quando não for manifesta, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

**10.6.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**10.6.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**10.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**10.8.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita, não bastando apenas simples alegações de inexequibilidade.

**10.9.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública será reiniciada na data e horário informado no “chat” pela Pregoeira.

**10.10.** A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo por ele estabelecido, sob pena de não aceitação da proposta.





**10.11.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.12.** Caso haja erros saneáveis no preenchimento da proposta pelo licitante, a Pregoeira poderá permitir que a proposta seja ajustada, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**10.13.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.14.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto

**10.15.** Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**10.16.** A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**10.17.** Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**10.18.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 11 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

**11.1.** Os documentos previstos no Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**11.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**11.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação (na forma do modelo constante do Anexo III, por meio do sistema ou equivalente), e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**11.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**11.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**11.7.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**11.8.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**11.8.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**11.8.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.9.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**11.10.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**11.11.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.12.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

**11.13.** Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**11.13.1.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, no prazo de 2h (duas horas), contado da solicitação da Pregoeira.

**11.14.** A documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, são:

#### **A) HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- I. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- III. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- V. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

- VI. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- VII. Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971, no caso de sociedade cooperativa;
- VIII. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, que define o porte da empresa;
- IX. Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL, a comprovação da condição de ME/EPP poderá ser mediante apresentação do Comprovante de opção pelo SIMPLES, obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.

**11.14.1.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.14.1.1.** Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante deverá apresentar a versão original (contrato de constituição da empresa) acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.

**11.14.2.** Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante, ou documento equivalente, a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

#### **B) HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;
- II. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- III. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V. Prova de inscrição no cadastro de **Contribuintes Estadual E/OU Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VI. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- VII. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**11.14.3.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **estaduais ou municipais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**11.14.4.** Se for constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a licitante vencedora que gozar do tratamento favorecido da Lei Complementar nº 123/2006 será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

**11.14.5.** O prazo previsto no item 1.14.4 poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



**11.14.6.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

### **C) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- I. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

### **D) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar:

- I. comprovação de registro atualizado da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT;
- II. indicação do responsável técnico da empresa, o qual deverá ter formação compatível com o objeto contratado.
- III. comprovação de registro atualizado do responsável técnico da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT;
- IV. apresentação de atestado ou certidão de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva e calibração de equipamentos odontológicos compatíveis com o objeto da contratação;
- V. apresentação de atestado ou certidão de capacidade técnica em nome do responsável técnico, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT ou registro equivalente junto ao conselho profissional competente; que comprove a execução de serviços de manutenção de equipamentos odontológicos compatíveis com o objeto da contratação;
- VI. comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a licitante, mediante apresentação de documentação idônea, tais como registro em CTPS, participação no quadro societário, contrato de prestação de serviços ou outro instrumento juridicamente válido que comprove a vinculação profissional.
- VII. apresentação de declaração de disponibilidade de equipamentos, materiais e estrutura física necessários à execução dos serviços;
- VIII. apresentação de declaração da equipe técnica responsável pela execução dos serviços, acompanhada da comprovação de registro no respectivo conselho profissional competente, devendo a equipe técnica contar, no mínimo, com responsável técnico com formação em engenharia elétrica ou engenharia mecânica.

**11.15.** As certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão **não superior a 90 (noventa) dias** de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

### **11.16. Declarações:**

**11.16.1.** As declarações exigidas para habilitação são:

- I. Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Tapira/MG, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo IV deste edital;
- II. Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI deste edital;
- III. Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V deste edital;



- IV. Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo II deste edital;
- V. Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos Habilitatórios, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III a este Edital;
- VI. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VII a este Edital;
- VII. Declaração de que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VIII deste edital.

**11.16.2.** A licitante poderá utilizar a **declaração unificada** fornecida pelo sistema eletrônico (licitanet) para suprir as declarações exigidas no item acima.

#### **11.17. Da participação de cooperativas:**

**11.17.1** A participação de cooperativa fica condicionada, além da apresentação da documentação elencada nos tópicos anteriores, ao fornecimento da seguinte documentação complementar:

- I. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- II. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- III. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- IV. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- V. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

#### **11.17.2.** São necessários, ainda, os seguintes documentos para a comprovação da **REGULARIDADE JURÍDICA DA COOPERATIVA:**

- I. Ata de fundação;
- II. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- III. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- IV. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- V. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- VI. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- VII. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**11.18.** Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a), mediante simples conferência ou diligência, implicará a inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para apuração, se for o caso, de prática delituosa, conforme art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

**11.19.** Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.





**11.20.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.

**11.21.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.22.** Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.23.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

**11.24.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, seja por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**11.25.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**12.1.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- 12.1.1.** Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- 12.1.2.** Julgamento das propostas;
- 12.1.3.** Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- 12.1.4.** Anulação ou revogação da licitação;
- 12.1.5.** Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

**12.2.** Caberá pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**12.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos itens 12.1.2 e 12.1.3 anteriores, serão observadas as seguintes disposições:

- 12.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada dentro do prazo estipulado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previstas neste capítulo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 12.3.3.** A apreciação dar-se-á em fase única;
- 12.3.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;
- 12.3.5.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso;



**12.3.6.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

**12.3.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;

**12.3.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.8.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **13 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**13.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**13.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

**13.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

**13.2.** Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

### **14 – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

**14.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

**14.1.1.** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**14.1.2.** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**14.1.3.** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**14.1.4.** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**14.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**14.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**14.4.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.



**14.5.** Sendo o licitante declarado vencedor, o objeto da licitação será adjudicado e homologado, por ato da autoridade competente.

## **15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVAS**

**15.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**15.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante o seu transcurso, devidamente justificada e desde que aceita pela Administração.

**15.3.** O contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital, conforme normas adotadas pela Administração.

**15.4.** Caso o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não comprove a manutenção das condições de habilitação ou se recuse injustificadamente a assinar o contrato, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar o contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**15.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nas condições previstas no item anterior, a Administração poderá:

**15.5.1.** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço;

**15.5.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

**15.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na legislação e neste edital.

## **16 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**16.1.** O contrato a ser firmado com a licitante vencedora terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, devendo a contratada executar os serviços conforme os prazos e condições estabelecidos neste edital e no Termo de Referência.

**16.2.** O prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado, mediante interesse da Administração e concordância da contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**16.3.** Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Tapira/MG não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata.

**16.4.** As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral do Município de Tapira/MG, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 95 da Lei 14.133/2021 e alterações.

**16.5.** Durante a vigência do contrato, é vedado à contratada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

**16.6.** As disposições relativas à formalização e execução do contrato constam do Anexo – Minuta do Contrato, que integra o presente edital para todos os fins.

## **17 – DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**17.1.** O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos termos de seus arts. 124 a 136, desde que observados os limites e condições estabelecidos na legislação aplicável.

**17.2.** Nas alterações quantitativas, o contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente.

**17.3.** O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante ato formal da Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **18 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**18.1.** As disposições sobre a gestão e fiscalização do contrato constam do Anexo I – Termo de Referência.

## **19 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**19.1.** As condições e os critérios de recebimento e aceitação do objeto encontram-se pormenorizadas em tópico específico constante no Anexo I – Termo de Referência.

## **20 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**20.1.** As regras referentes às condições, prazos e formas de pagamento encontram-se pormenorizadas em tópico específico constante no Anexo I – Termo de Referência.

## **21 – DOS CRITÉRIOS DE REPACTUAÇÃO E REAJUSTE**

**21.1.** No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gestor do contrato a alteração do preço do item, mediante comprovação de fato superveniente imprevisível que o impossibilite de cumprir o compromisso.

**21.2.** No caso do item anterior, deverá o fornecedor encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos com as respectivas notas fiscais que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

**21.3.** Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço do item previsto contratualmente, o pedido será indeferido, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas no contrato, sob pena das sanções cabíveis.



**21.4.** Já o reajuste do contrato ocorrerá somente após um ano de vigência contratual, se for o caso, hipótese em que o índice de reajuste será o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

## 22 – DO ADITAMENTO

**22.1.** A **CONTRATANTE** poderá autorizar alterações no contrato em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 22.1.1.** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 22.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- 22.1.3.** na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 23 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**23.1.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ficha 264 – Classificação Orçamentária: 021000 10 301 0106 2.0526 0000 339039

Especificação das Fontes de Recursos:

1 0500: Recursos Não Vinculados de Impostos (Recursos Livres, do município).

## 24 – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**24.1.** O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência, do edital e do instrumento de contrato ou da ata de registro de preços, conforme o caso, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 24.1.1.** Se for o caso, entregar os produtos no local determinado e de acordo com os prazos estabelecidos neste anexo, contados a partir da emissão da ordem de serviço pela Administração Municipal;
- 24.1.2.** Se for o caso, prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 24.1.3.** Se for o caso, fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 24.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 24.1.5.** Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 24.1.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;





- 24.1.7.** Manter, durante toda a execução do fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 24.1.8.** Responsabilizar-se administrativa, civil e criminalmente pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 24.1.9.** Substituir em até 48h (quarenta e oito horas), por produtos adequados, em conformidade com as especificações do Anexo I – Termo de Referência, os produtos que não se enquadrarem nas especificações, os quais serão devolvidos à empresa;
- 24.1.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 24.1.11.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 24.1.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 24.1.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 24.1.14.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 24.1.15.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 24.1.16.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 24.1.17.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 24.1.18.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 24.1.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 24.1.20.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 24.1.21.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 24.1.22.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 24.1.23.** Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- 24.1.24.** Não realizar subcontratação total ou parcial.

**24.2. São obrigações do contratante:**



- 24.2.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o termo de referência, o instrumento de contrato ou ata de registro de preços, conforme o caso, o edital e seus anexos;
- 24.2.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência;
- 24.2.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 24.2.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 24.2.5.** Rejeitar no todo ou em parte, os produtos que a licitante vencedora entregar fora das especificações do Termo de Referência;
- 24.2.6.** Verificar minuciosamente, a conformidade dos materiais recebidos ou dos serviços prestados com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 24.2.7.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato e/ou no Termo de Referência;
- 24.2.8.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e em instrumento de contrato/ata de registro de preços;
- 24.2.9.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 24.2.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste
- 24.2.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;
- 24.2.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 24.2.13.** Proporcionar durante todas as facilidades para que a contratada possa prestar os serviços do objeto deste edital e do contrato;
- 24.2.14.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora;
- 24.3.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **25 – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 25.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **26 – DAS PENALIDADES**

- 26.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente a licitações e contratações públicas.
- 26.2.** Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar

à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

**26.3.** Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a Administração poderá aplicar ao Fornecedor as seguintes sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21:

**26.3.1.** Advertência;

**26.3.2.** Multa;

**26.3.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**26.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**26.4.** A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta à Administração.

**26.5.** Pelo atraso nos serviços, por culpa imputada ao fornecedor, e pela sua execução de forma incorreta, poderá ser aplicada multa, a ser determinada do seguinte modo, sem prejuízo de outras cominações cabíveis:

**26.5.1** Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), incidente sobre o valor da parcela dos serviços em atraso, por dia de atraso na execução de manutenções preventivas programadas ou corretivas demandadas, até o limite legal;

**26.5.2** Multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor dos serviços não executados, em caso de inexecução total ou parcial;

**26.5.3.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de serviço ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações contratuais não previstas nos subitens anteriores, inclusive execução em desconformidade com os padrões técnicos exigidos.

**26.6.** As multas, previstas nos itens 26.5.1, 26.5.2 e 26.5.3, poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções eventualmente aplicadas.

**26.7.** A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente do Fornecedor.

**26.8.** No caso de cobrança de multa diretamente do Fornecedor, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.

**26.9.** Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 03 (três) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a pessoa jurídica que praticar quaisquer atos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**26.10.** A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**26.11.** As penalidades previstas de advertência, impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa.

**26.12.** Todas as sanções previstas no item 26.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

**26.13.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente nos termos da legislação municipal pertinente.

**26.14.** A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

**26.15.** As sanções aplicadas serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ou outro que vier a substituí-los, nos termos do artigo 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**26.16.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente.

## 27 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**27.1.** As normas disciplinadoras deste pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público e dos contratos delas decorrentes.

**27.2.** Nenhuma indenização será devida as licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente certame.

**27.3.** A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**27.4.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se inicia e vence prazo em dia de expediente na Prefeitura.

**27.5.** A Prefeita Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**27.6.** É facultado à Pregoeira ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**27.7.** Os documentos e a proposta exigidos, bem como os seus anexos, têm que estar preferencialmente de acordo com o presente edital, sendo que cada anexo tem sua forma para ser apresentado.

**27.8.** A homologação do resultado desta licitação não implicará a obrigação da contratação.

**27.9.** No caso de alteração deste Edital, no decurso do procedimento licitatório, o prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**27.10.** Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

**27.11.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

**27.12.** O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição de sua qualificação durante a realização da sessão pública.

**27.13.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do Pregão.

**27.14.** Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Pregoeira, no Departamento de Licitação, localizado à Rua Cristino Ribeiro de Resende, nº 32, Bairro – Centro, nesta cidade de Tapira/ MG, em até 03 (três) dias anteriores à data de abertura da licitação. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (34) 3633-1612 e pelo E-mail: [licitacao@tapira.mg.gov.br](mailto:licitacao@tapira.mg.gov.br).

**27.15.** Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidos, gratuitamente, mediante recibo, nos horários das 09h00 às 16h30, no endereço referido no preâmbulo deste Edital.

**27.16.** Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

**26.17.** Fazem parte integrante deste Edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Declaração de Enquadramento como ME ou EPP;
- c) Anexo III – Declaração que cumpre os Requisitos de Habilitação;
- d) Anexo IV – Declaração de Idoneidade;
- e) Anexo V – Declaração de que não possui em seu quadro servidor público da ativa;
- f) Anexo VI – Declaração que a licitante atende o inciso VI art. 68 da Lei 14.133/2021;
- g) Anexo VII – Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- h) Anexo VIII – Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- i) Anexo IX – Minuta do Contrato.

Tapira/MG, 27 de abril de 2026

**MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES**  
**PREFEITA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG**



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.006/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Este Termo de Referência tem a finalidade de materializar os elementos descritivos e parâmetros necessários a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, NOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TAPIRA/MG, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
1	Prestação de serviços de Assistência Técnica e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e periféricos odontológicos, mão de obra e peças, em todos os consultórios das Unidades de Saúde do Município de Tapira/MG.	MESES	12	R\$ 10.700,00

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais)

**1.2.** Os bens e serviços que constituem o objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, podendo seus padrões de desempenho e qualidade ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

**1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 09, de 4 de janeiro de 2024.

**1.4.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, admitida a prorrogação nas hipóteses previstas na legislação aplicável.

**1.5.** O contrato ou outro instrumento hábil disciplinará de forma detalhada as condições relativas à vigência, execução e demais obrigações das partes, observadas as disposições deste Termo de Referência e do edital.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A fundamentação da contratação e de seus quantitativos, de modo detalhado, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, e neste instrumento.

2.2. De forma resumida, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, em equipamentos odontológicos faz-se necessária para garantir o adequado funcionamento dos equipamentos utilizados nos atendimentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapira/MG.

2.3. Os equipamentos odontológicos constituem instrumentos essenciais para a execução dos serviços de saúde bucal ofertados à população, sendo indispensável que se encontrem em perfeitas condições de funcionamento, segurança e desempenho. Dessa forma, a manutenção periódica e a pronta correção de eventuais falhas são medidas fundamentais para evitar a interrupção dos atendimentos e assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde.

2.4. A presente contratação tem como finalidade assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços odontológicos prestados pela rede municipal de saúde, garantindo que os equipamentos permaneçam em condições adequadas de uso, conforme padrões técnicos e sanitários aplicáveis.

2.5. De forma geral, a contratação visa aos seguintes objetivos:

2.5.1. garantir o adequado funcionamento dos equipamentos odontológicos utilizados nas unidades de saúde do Município;

2.5.2. assegurar a realização dos atendimentos odontológicos à população de forma contínua e segura;

2.5.3. promover a manutenção preventiva dos equipamentos, reduzindo riscos de falhas e prolongando sua vida útil;

2.5.4. possibilitar a realização de manutenções corretivas, com substituição de peças quando necessário, assegurando o restabelecimento do pleno funcionamento dos equipamentos;

2.5.5. contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde prestados à população.

2.6. A contratação observa as disposições da Lei nº 14.133/2021 e está alinhada às necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Saúde.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.**

3.1. A solução viável para atender às necessidades da Administração Municipal consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, em equipamentos odontológicos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapira/MG.

3.2. A contratação tem por objetivo garantir o adequado funcionamento, a segurança e a durabilidade dos equipamentos utilizados nos atendimentos odontológicos realizados nas unidades de saúde do Município, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

3.3. A realização de manutenções periódicas e corretivas possibilita a identificação e correção de falhas, a substituição de componentes desgastados ou danificados e a manutenção das condições ideais de funcionamento dos equipamentos, contribuindo para a ampliação de sua vida útil e para a redução de interrupções nos atendimentos.

3.4. A solução proposta enquadra-se na categoria de serviços comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, com base em especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.5. Considerando o ciclo de vida do objeto, as atividades que compõem a solução incluem, de forma geral:

3.5.1. Realização de manutenções preventivas periódicas nos equipamentos odontológicos, com o objetivo de verificar seu funcionamento, ajustar componentes e prevenir falhas ou desgastes prematuros;

3.5.2. Execução de manutenções corretivas, sempre que identificados defeitos, falhas ou irregularidades no funcionamento dos equipamentos;

3.5.3. Substituição de peças, componentes ou acessórios que apresentem desgaste, dano ou comprometimento de funcionamento, quando necessário para o pleno restabelecimento das condições de uso dos equipamentos;

3.5.4. Avaliação técnica dos equipamentos e emissão de relatórios ou registros de atendimento, quando solicitado pela Administração, indicando os serviços executados e as peças eventualmente substituídas;

3.5.5. Garantia de que os equipamentos atendidos permaneçam em condições adequadas de funcionamento, segurança e desempenho, de acordo com os padrões técnicos aplicáveis.

3.6. A contratada deverá possuir todos os recursos técnicos, operacionais, materiais e humanos necessários à adequada execução dos serviços, incluindo ferramentas, equipamentos e profissionais qualificados para a manutenção de equipamentos odontológicos.

3.7. A contratada deverá observar as normas técnicas e sanitárias aplicáveis aos equipamentos odontológicos, garantindo que os serviços executados atendam aos padrões de qualidade exigidos pela Administração.

3.8. O contratado assumirá responsabilidade civil, técnica e administrativa pela adequada execução dos serviços, garantindo que os equipamentos atendidos permaneçam em perfeitas condições de uso durante a vigência contratual.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Requisitos Técnicos e Legais

4.1.1. Na execução dos serviços, a contratada deverá observar as legislações, normas técnicas e regulamentações aplicáveis, especialmente:

4.1.1.1 As disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública;

4.1.1.2 As normas técnicas aplicáveis aos equipamentos odontológicos e às atividades de manutenção, inclusive aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, quando aplicável;

4.1.1.3. As regulamentações e orientações técnicas emitidas pelos órgãos competentes de controle sanitário e de qualidade, quando aplicáveis;

4.1.2 O parque odontológico da Secretaria Municipal de Saúde de Tapira, objeto da manutenção, contempla os seguintes equipamentos:

QUANTIDADE	Consultorio Tapira	Marca	Modelo
1	Cadeira Odontologica	Olsen	Sprint T
1	Raio X	Procion	70x
1	Alta rotação	Olsen	Sprint T



1	Baixa Rotação	Kavo	FGBN 500
1	Peça Reta	kavo	500
1	Ultrassom	Ecel	Sonic prime
1	Autoclave	Digitale	2.5
1	Bomba de Vacuo	GG equipamentos medicos	MD 600
1	Compressor	Motomil	CMO 8/50
1	Deionizador de Agua	Hipperquimica	50l/h
<b>QUANTIDADE</b>	<b>Consultorio Palmeiras</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>
1	Cadeira Odontologica	Olsen	Sprint T
1	Raio X	Procion	70x
1	Alta rotação	Olsen	Sprint T
1	Baixa Rotação	Kavo	FGBN 500
1	Peça Reta	kavo	500
1	Ultrassom	Ecel	Sonic prime
1	Autoclave	Digitale	2.5
1	Bomba de Vacuo	GG equipamentos medicos	MD 600
1	Compressor	Motomil	CMO 8/50
1	Deionizador de Agua	Hipperquimica	50l/h
<b>QUANTIDADE</b>	<b>Consultorio Alto da Serra</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>
1	Cadeira Odontologica	Olsen	Sprint T
1	Raio X	Procion	70x
1	Alta rotação	Olsen	Sprint T
1	Baixa Rotação	Kavo	FGBN 500
1	Peça Reta	kavo	500
1	Ultrassom	Ecel	Sonic prime
1	Autoclave	Digitale	2.5
1	Bomba de Vacuo	GG equipamentos medicos	MD 600
1	Compressor	Motomil	CMO 8/50
1	Deionizador de Agua	Hipperquimica	50l/h

4.1.3 A contratada deverá possuir estrutura técnica adequada, profissionais capacitados e ferramentas necessárias para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos;

4.1.4. As peças eventualmente utilizadas nas manutenções deverão ser novas, originais ou compatíveis com as especificações do fabricante, garantindo o adequado funcionamento dos equipamentos;

4.1.5. Sempre que solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar laudos, relatórios técnicos ou comprovações de qualidade das peças utilizadas, emitidos por fabricantes, distribuidores autorizados ou laboratórios especializados, quando aplicável;

4.1.6. A contratada deverá assegurar que os serviços executados mantenham os equipamentos em plenas condições de funcionamento, segurança e desempenho, observando as recomendações técnicas dos fabricantes;

4.1.7. A empresa contratada deverá manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido pela legislação vigente;

4.1.8. É vedada a utilização de peças reconcondicionadas, falsificadas ou de origem ilícita, bem como aquelas cuja comercialização esteja suspensa por autoridade competente;

#### **4.2. Critérios e práticas de sustentabilidade**

4.2.1. Em observância aos princípios da sustentabilidade nas contratações públicas, a presente contratação deverá considerar, sempre que possível, critérios ambientais, sociais e econômicos, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 12.305/2010.

4.2.2. Para tanto, poderão ser adotadas as seguintes práticas:

**a)** Utilização de peças e componentes que atendam às normas de qualidade e que apresentem maior durabilidade e menor impacto ambiental, sempre que possível;

**b)** Observância à destinação ambientalmente adequada de peças e componentes substituídos, quando aplicável;

**c)** Valorização de fornecedores que adotem práticas de responsabilidade socioambiental, observando a legislação trabalhista e ambiental vigente;

**d)** A Administração poderá solicitar, quando necessário, comprovação de práticas sustentáveis adotadas pela contratada, por meio de declarações, certificações ou outros documentos pertinentes.

#### **Subcontratação**

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da Contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. Condições de execução**

5.1.2. A execução do objeto dar-se-á por meio da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, com eventual substituição de peças, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e nas quantidades e condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapira/MG.

5.1.3. Os serviços deverão ser realizados por empresa especializada, com equipe técnica qualificada e com a utilização de ferramentas, equipamentos e materiais adequados à manutenção de equipamentos odontológicos.



5.1.4. A contratada deverá executar os serviços nas unidades de saúde indicadas pela Administração, mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Saúde.

5.1.5. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá garantir:

- a) realização de manutenções preventivas periódicas, conforme cronograma ou solicitação da Administração, com a finalidade de verificar o funcionamento dos equipamentos e prevenir falhas;
- b) atendimento técnico para manutenção corretiva no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da comunicação formal da Administração;
- c) substituição de peças, componentes ou acessórios defeituosos, quando necessário para o restabelecimento do funcionamento adequado do equipamento;
- d) execução dos serviços de forma a não comprometer a continuidade dos atendimentos odontológicos nas unidades de saúde.

5.1.6. A contratada deverá manter canal de atendimento ativo (telefone e/ou e-mail) durante o horário comercial para recebimento de chamados técnicos e registro das solicitações de manutenção.

5.1.7. Caso seja necessária a substituição de peças, estas deverão ser novas, originais ou compatíveis com as especificações do fabricante, garantindo a segurança e o adequado funcionamento do equipamento.

5.1.8. A contratada deverá emitir relatório técnico ou ordem de serviço após cada atendimento realizado, contendo, no mínimo:

- a) identificação do equipamento atendido;
- b) descrição do serviço executado;
- c) peças eventualmente substituídas;
- d) data da realização do serviço.

5.1.9. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

5.1.10. Caso a contratada descumpra qualquer das condições estabelecidas neste Termo de Referência ou execute os serviços de forma inadequada, poderá ser notificada pela Administração, ficando sujeita às penalidades previstas no edital e na legislação aplicável.

5.1.11. Local de execução dos serviços

5.2. Os serviços de assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e periféricos odontológicos serão executados nas unidades de saúde pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapira/MG, conforme discriminado abaixo:

I – Unidade Básica de Saúde de Tapira, localizada na Rua Gustavo Augusto de Carvalho, nº 67, Centro, Tapira/MG;

II – Unidade de Saúde Rural do Alto da Serra, localizada na zona rural do Município de Tapira/MG;

III – Unidade de Saúde Rural da Comunidade das Palmeiras, localizada na zona rural do Município de Tapira/MG.

5.3. Materiais, equipamentos e ferramentas

5.3.1. Para a adequada execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, ferramentas, equipamentos e instrumentos necessários à realização das manutenções, responsabilizando-se por sua substituição sempre que necessário.

#### 5.4. Garantia dos serviços

5.4.1. Os serviços executados e as peças eventualmente substituídas deverão possuir garantia mínima conforme previsto na Lei nº 8.078/1990, sem prejuízo de eventual garantia adicional oferecida pela contratada ou pelo fabricante.

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

#### 6.1 Gestor do contrato

6.1.1. Será responsável pela gestão do futuro contrato a **Secretária Municipal de Saúde** do Município de Tapira/MG, a Sra. Camila Auxiliadora Borges, cujas atribuições constam do Decreto Municipal nº 24, de 13 de janeiro de 2025.

6.1.2. Compete ao gestor do contrato acompanhar a execução contratual em seus aspectos administrativos e estratégicos, promovendo a articulação entre a Administração e a contratada, bem como adotando as medidas necessárias para o adequado cumprimento das obrigações contratuais.

#### 6.2 Fiscalização do contrato

6.2.1. A fiscalização do contrato será exercida pela servidora Sra. Dara Lúcia Gomes Lira, Cargo Dentista, que deverá acompanhar e verificar todas as etapas da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos.

6.2.2. A fiscalização tem por objetivo assegurar que os serviços sejam executados em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no contrato, neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

6.2.3. Quaisquer irregularidades ou desconformidades identificadas deverão ser comunicadas imediatamente à contratada, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

#### 6.3 Execução contratual

6.3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pela contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e nas cláusulas contratuais, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. A contratada responderá pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

6.3.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se a utilização de meios eletrônicos para registro das solicitações e atendimentos.

6.3.4. Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, com a finalidade de alinhar procedimentos relativos à execução do contrato, às formas de comunicação, aos mecanismos de fiscalização e às demais obrigações contratuais.

#### 6.4 Preposto

6.4.1. A contratada deverá designar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, antes do início da prestação dos serviços, indicando seus poderes e deveres em relação ao objeto contratado.

6.4.2. A Administração poderá recusar, de forma justificada, a indicação do preposto, hipótese em que a contratada deverá designar outro representante.

#### 6.5. Modelo de fiscalização

6.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, indicado no item 6.2 deste termo de referência, ou pelos respectivos substitutos.

6.5.2. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.5.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.5.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

## **6.6. Modelo de gestão do contrato**

6.6.1. O gestor do contrato, indicado no item 6.1 deste termo de referência, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento às necessidades da Administração.

6.6.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.6.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

6.6.4. O gestor do contrato tomará ciência formal da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.6.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.6.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante verificação preliminar da execução, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou nas normas técnicas aplicáveis, devendo a



contratada realizar as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da conclusão dos serviços, após verificação pelo fiscal do contrato quanto à qualidade, regularidade e conformidade da execução, mediante emissão de termo ou registro equivalente.

**7.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.5.** No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente em relação à qualidade ou quantidade dos serviços realizados, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente apenas à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

**7.6.** O prazo para solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução dos serviços ou na documentação fiscal apresentada não será computado para fins de recebimento definitivo.

**7.7.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e técnica da contratada pela adequada execução dos serviços prestados.

### **Liquidação**

**7.8.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**7.9.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1.** O prazo de validade;
- 7.9.2.** A data da emissão;
- 7.9.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4.** O período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5.** O valor a pagar; e
- 7.9.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**7.11.** A apresentação do documento fiscal deverá observar a IN RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

### **Prazo de Pagamento**

**7.12.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, após a comprovação da regular execução dos serviços e apresentação da nota fiscal ou documento equivalente.

### **Forma de Pagamento**

**7.13.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.14.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária pela Administração.

**7.15.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.16.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.17.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

### **Forma de Execução dos Serviços**

A execução do objeto ocorrerá conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapira/MG.

### **Exigências de Habilitação**

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação Jurídica:**

- a) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- g) Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971, no caso de sociedade cooperativa;
- h) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, que define o porte da empresa;
- i) Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL, a comprovação da condição de ME/EPP poderá ser mediante apresentação do Comprovante de opção pelo SIMPLES, obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.

**8.4.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.4.1.** Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará à apresentação do contrato social consolidado, documento que



consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante deverá apresentar a versão original (contrato de constituição da empresa) acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.

**8.5.** Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante, ou documento equivalente, a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

#### **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de **Contribuintes Estadual E/OU Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**8.6.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estaduais OU Municipais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de falência e concordata.

#### **Qualificação Técnica**

Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar:

- a) comprovação de registro atualizado da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT;
- b) indicação do responsável técnico da empresa, o qual deverá ter formação compatível com o objeto contratado.
- c) comprovação de registro atualizado do responsável técnico da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT;
- d) apresentação de atestado ou certidão de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva e calibração de equipamentos odontológicos compatíveis com o objeto da contratação;
- e) apresentação de atestado ou certidão de capacidade técnica em nome do responsável técnico, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT ou registro equivalente junto ao conselho profissional competente; que comprove a execução de serviços de manutenção de equipamentos odontológicos compatíveis com o objeto da contratação;



- f) comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a licitante, mediante apresentação de documentação idônea, tais como registro em CTPS, participação no quadro societário, contrato de prestação de serviços ou outro instrumento juridicamente válido que comprove a vinculação profissional.
- g) apresentação de declaração de disponibilidade de equipamentos, materiais e estrutura física necessários à execução dos serviços;
- h) apresentação de declaração da equipe técnica responsável pela execução dos serviços, acompanhada da comprovação de registro no respectivo conselho profissional competente, devendo a equipe técnica contar, no mínimo, com responsável técnico com formação em engenharia elétrica ou engenharia mecânica.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**9.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais)**. Conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 deste Termo de Referência.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Tapira/MG.

**10.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha 264 – Classificação Orçamentária: 021000 10 301 0106 2.0526 0000 339039

Especificação das Fontes de Recursos: 1 0500: Recursos Não Vinculados de Impostos (Recursos Livres, do município).

## 11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1** As sanções constarão no instrumento convocatório do pretendido processo licitatório.

Tapira/MG, segunda-feira, 27 de abril de 2026

**Camila Auxiliadora Borges Santos**  
**Secretária Municipal de Saúde**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

## **ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1 – Descrição da necessidade da Contratação (Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021).**

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos utilizados nas unidades de saúde da rede municipal do Município de Tapira/MG.

#### **1.1. Contextualização da necessidade**

Os equipamentos odontológicos são instrumentos essenciais para a prestação dos serviços de saúde bucal ofertados à população. Tais equipamentos são utilizados diariamente pelos profissionais da área, sendo indispensáveis para a realização de diagnósticos e procedimentos clínicos.

#### **1.2. Desgaste natural dos equipamentos**

Devido ao uso contínuo, os equipamentos odontológicos estão sujeitos ao desgaste natural de seus componentes, podendo apresentar falhas, perda de desempenho ou necessidade de ajustes técnicos ao longo do tempo.

#### **1.3. Importância da manutenção preventiva e corretiva**

A realização de manutenções preventivas e corretivas é fundamental para assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos, evitando interrupções nos atendimentos e garantindo a continuidade dos serviços odontológicos prestados à população.

#### **1.4. Segurança dos profissionais e pacientes**

Equipamentos em condições inadequadas de funcionamento podem comprometer a segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde. Dessa forma, a manutenção periódica contribui para a redução de riscos operacionais e para a garantia da qualidade e segurança dos atendimentos.

#### **1.5. Preservação do patrimônio público**

A manutenção adequada dos equipamentos odontológicos contribui para o prolongamento de sua vida útil, evitando desgastes prematuros e reduzindo a necessidade de substituições frequentes, o que representa economia de recursos públicos e maior eficiência na gestão do patrimônio municipal.

#### **1.6. Ausência de equipe técnica especializada no quadro municipal**

Ressalta-se que o Município de Tapira/MG não dispõe, em seu quadro de pessoal, de profissionais técnicos especializados para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, o que torna necessária a contratação de empresa especializada para a execução dessas atividades.

### **1.7. Riscos da não contratação**

A inexistência de manutenção adequada poderá ocasionar falhas nos equipamentos odontológicos, interrupção dos atendimentos à população, prejuízo à continuidade dos serviços de saúde bucal e aumento de custos decorrentes de reparos emergenciais ou substituição de equipamentos.

### **1.8. Conclusão da necessidade**

Diante do exposto, verifica-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos é medida necessária para garantir a continuidade, eficiência, segurança e qualidade dos serviços odontológicos ofertados pelo Município de Tapira/MG.

## **2 – Demonstração da Previsão da Contratação no Plano de Contratação Anual (art. 18 §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021).**

Diante da faculdade de sua elaboração constante no artigo 12, VII da Lei 14.133/21, o município de Tapira/MG não possui Plano de Contratações Anual para o ano de 2026. Entretanto, ressalta-se que a elaboração do referido plano iniciará no presente ano, de modo que sua implementação neste município ocorrerá em 2027.

## **3 – Requisitos da Contratação (art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021).**

**3.1.** A contratação deverá ser realizada com empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, com comprovada capacidade técnica para execução das atividades.

**3.2.** Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e com experiência na manutenção de equipamentos odontológicos, observando as especificações técnicas dos fabricantes dos equipamentos.

**3.3.** A empresa contratada deverá observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como demais normas de segurança e regulamentações pertinentes.

**3.4.** A contratada deverá fornecer toda a mão de obra especializada, ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários para a execução adequada dos serviços.

**3.5.** Os serviços deverão contemplar a realização de manutenção preventiva e corretiva, incluindo inspeção, diagnóstico de falhas, ajustes técnicos e demais intervenções necessárias para garantir o adequado funcionamento dos equipamentos, nos seguintes locais:

3.5.1. Unidade Básica de Saúde de Tapira, localizada na Rua Gustavo Augusto de Carvalho, nº 67, Centro, Tapira/MG;

3.5.2. Unidade de Saúde Rural do Alto da Serra, localizada na zona rural do Município de Tapira/MG;

3.5.3. Unidade de Saúde Rural da Comunidade das Palmeiras, localizada na zona rural do Município de Tapira/MG.

**3.6.** A empresa contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, realizando os testes necessários para comprovar o adequado funcionamento dos equipamentos após a execução das manutenções, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato.

#### **4 – Levantamento de mercado e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)**

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para atender à necessidade de manutenção dos equipamentos odontológicos do Município de Tapira/MG, foi realizado levantamento das alternativas disponíveis no mercado.

##### **4.1. Possíveis soluções identificadas**

No levantamento realizado, foram identificadas as seguintes alternativas:

- a) Execução dos serviços por equipe própria do Município: Consiste na realização das manutenções por servidores do próprio quadro da Administração.
- b) Contratação de serviços sob demanda: Consiste na contratação pontual de serviços de manutenção sempre que houver necessidade de reparo em equipamentos odontológicos.
- c) Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva: Consiste na contratação de empresa especializada para realizar manutenções preventivas periódicas e manutenções corretivas sempre que necessário, podendo incluir o fornecimento de peças de reposição.

##### **4.2 Análise das soluções**

4.2.1. A execução dos serviços por equipe própria mostra-se inviável, uma vez que o Município não dispõe, em seu quadro de pessoal, de profissionais técnicos especializados para manutenção de equipamentos odontológicos.

4.2.2. A contratação sob demanda, por sua vez, pode resultar em demora na execução dos serviços, além de dificultar o planejamento das manutenções preventivas, aumentando o risco de falhas nos equipamentos e interrupção dos atendimentos odontológicos.

4.2.3. Já a contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva permite maior eficiência na gestão dos equipamentos, garantindo atendimento técnico especializado e maior agilidade na resolução de eventuais falhas.

##### **4.3 Solução escolhida**



4.3.1. Diante das alternativas analisadas, verificou-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, com possibilidade de fornecimento de peças de reposição quando necessário.

#### 4.4. Justificativa técnica e econômica

A contratação de empresa especializada apresenta vantagens técnicas e econômicas relevantes para a Administração Pública, tais como:

I – garantia de atendimento por profissionais qualificados e com experiência na manutenção de equipamentos odontológicos;

II – realização de manutenções preventivas periódicas, reduzindo a ocorrência de falhas e prolongando a vida útil dos equipamentos;

III – maior agilidade na execução de manutenções corretivas, evitando interrupções prolongadas nos atendimentos odontológicos;

IV – preservação do patrimônio público, por meio da adequada conservação dos equipamentos;

V – melhor previsibilidade dos custos de manutenção, permitindo maior eficiência no planejamento orçamentário.

#### 5 – Estimativa do valor da contratação (art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)

5.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em pesquisa de preços de mercado, mediante a obtenção de orçamentos junto a empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção de equipamentos odontológicos.

5.2. Foram considerados os valores apresentados por três empresas do ramo, cujas propostas integram o processo administrativo, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Valor Proposto
ODONTO PREST	R\$ 117.600,00
LAMED	R\$ 129.600,00
ODONTO TÉCNICA	R\$ 138.000,00

5.3. A partir da média aritmética dos valores obtidos, foi apurado o valor estimado da contratação.

5.4. Tabela da Estimativa:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	Prestação de serviços de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de <b>equipamentos odontológicos</b> , com fornecimento de mão de obra e peças, em todos os consultórios das Unidades de Saúde do Município de Tapira/MG	SERVIÇOS/ MESES	12	R\$ 10.700,00
VALOR MEDIO TOTAL		R\$ 128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais)		

## 6 – Descrição da Solução como um todo (art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

**6.1.** A solução definida para atendimento da necessidade da Administração consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e periféricos odontológicos, incluindo mão de obra especializada e fornecimento de peças necessárias à execução dos serviços.

**6.2.** A manutenção preventiva será realizada de forma periódica, com o objetivo de preservar o adequado funcionamento dos equipamentos, prevenir falhas e garantir maior durabilidade dos aparelhos utilizados nos consultórios odontológicos das unidades de saúde do Município.

**6.3.** A manutenção corretiva ocorrerá sempre que houver necessidade de reparo em equipamentos que apresentem falhas ou mau funcionamento, mediante solicitação da Administração, devendo a empresa contratada realizar diagnóstico técnico e executar os serviços necessários para restabelecer o pleno funcionamento do equipamento.

**6.4.** A execução dos serviços deverá ser realizada por profissionais qualificados, utilizando ferramentas e equipamentos adequados, observando as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas de segurança pertinentes.

**6.5.** Os serviços serão executados nas unidades de saúde do Município de Tapira/MG, mediante solicitação da Administração, com acompanhamento e fiscalização por servidor designado como fiscal do contrato.

**6.6.** Os serviços objeto desta contratação podem ser classificados como serviços comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a adoção da modalidade pregão, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

## 7 – Justificativas para o Parcelamento ou não da Contratação (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)

**7.1.** Considerando as características dos serviços a serem contratados, não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento do objeto, tendo em vista que a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos encontra-se diretamente vinculada ao fornecimento de peças e componentes necessários à execução dos reparos.

**7.2.** A eventual divisão da contratação entre diferentes fornecedores, sendo um responsável pelo fornecimento de peças e outro pela execução dos serviços de manutenção, poderia comprometer a eficiência da execução contratual, bem como dificultar a adequada fiscalização e o acompanhamento dos serviços prestados.

**7.3.** Ademais, a contratação de empresas distintas poderia gerar conflitos quanto à responsabilidade técnica pela garantia dos serviços e peças fornecidas, uma vez que, em situações de falha ou defeito do equipamento, poderia haver divergência entre os fornecedores quanto à origem do problema, prejudicando a solução célere da demanda e impactando diretamente na continuidade dos atendimentos odontológicos prestados pelo Município.

**7.4.** Dessa forma, a contratação conjunta dos serviços de manutenção e do fornecimento de peças mostra-se a alternativa mais eficiente, econômica e segura para a Administração, garantindo maior controle da execução contratual e melhor qualidade na prestação dos serviços.

## **8 – Demonstrativo dos Resultados Pretendidos (Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)**

**8.1.** Com a presente contratação pretende-se assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços odontológicos prestados nas unidades de saúde do Município de Tapira/MG, por meio da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados nos atendimentos.

**8.2.** A contratação da empresa especializada para execução dos serviços pelo período de 12 (doze) meses permitirá a adequada conservação dos equipamentos odontológicos, reduzindo a ocorrência de falhas e interrupções nos atendimentos à população.

**8.3.** Como resultados esperados com a presente contratação destacam-se:

I – garantir o pleno funcionamento dos equipamentos odontológicos utilizados nas unidades de saúde do Município;

II – reduzir a ocorrência de falhas e paralisações dos equipamentos;

III – aumentar a vida útil dos equipamentos por meio da realização de manutenção preventiva periódica;

IV – assegurar maior eficiência e qualidade nos atendimentos odontológicos prestados à população;

V – promover maior economicidade à Administração Pública, evitando custos elevados decorrentes da substituição prematura de equipamentos ou de reparos emergenciais.

**9 – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)**

**9.1.** Para a adequada execução do contrato, a Administração deverá designar servidor responsável pela gestão e fiscalização da contratação, nos termos da legislação vigente.

**9.2.** A Prefeitura Municipal de Tapira já possui em seu quadro de servidores profissionais aptos para exercer as funções de gestão e fiscalização contratual, não sendo necessária capacitação específica adicional para o acompanhamento da execução dos serviços.

**9.3.** Não se verifica a necessidade de adequações estruturais ou administrativas prévias para a execução da contratação, uma vez que os serviços serão realizados diretamente nas unidades de saúde do Município, utilizando a estrutura já existente.

**10 – Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)**

**10.1.** Após análise da necessidade administrativa e das características da contratação pretendida, não se verificam contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar ou influenciar a viabilidade da contratação dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

**10.2.** A contratação pretendida possui autonomia operacional e administrativa, podendo ser executada independentemente de outras contratações realizadas pela Administração.

**11 – Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021).**

**11.1.** A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos pode gerar impactos ambientais de pequena magnitude, principalmente relacionados ao descarte de peças substituídas, componentes eletrônicos e resíduos provenientes da limpeza e manutenção dos equipamentos.

**11.2.** A manutenção adequada dos equipamentos contribui para a ampliação da vida útil dos aparelhos, reduzindo a necessidade de descarte prematuro e, conseqüentemente, a geração de resíduos sólidos.

**11.3.** Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas, sempre que aplicáveis, práticas voltadas à sustentabilidade ambiental, tais como:

I – destinação ambientalmente adequada das peças substituídas e demais resíduos gerados na execução dos serviços;

II – adoção de procedimentos que reduzam o desperdício de materiais e insumos utilizados na manutenção;

III – utilização de produtos e métodos de limpeza que causem menor impacto ao meio ambiente;

IV – observância das normas ambientais vigentes durante a execução dos serviços.

## 12 – Análise de Riscos da Contratação

**12.1** A presente análise de riscos tem por objetivo identificar, avaliar e propor medidas de mitigação para os principais riscos associados à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e periféricos odontológicos, com fornecimento de peças, destinados ao atendimento das unidades de saúde do Município de Tapira/MG, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

**12.2** A classificação dos riscos observa critérios qualitativos de probabilidade de ocorrência e impacto, alinhados às boas práticas de gestão de riscos aplicáveis à Administração Pública.

Risco Identificado	Possível Causa	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação
Fragilidade no Estudo Técnico Preliminar	Definição inadequada do objeto ou das especificações técnicas dos serviços de manutenção	Baixa	Médio	Revisão técnica do ETP; alinhamento com normas técnicas aplicáveis; análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos
Impugnação ou questionamentos ao edital	Exigências excessivas ou falhas na redação do Termo de Referência	Baixa	Médio	Elaboração do Termo de Referência com base na Lei nº 14.133/2021; revisão técnica e jurídica prévia do edital
Licitação deserta ou fracassada	Baixa competitividade ou ausência de fornecedores interessados na região	Baixa	Médio	Realização de pesquisa de mercado adequada; ampla divulgação do certame; definição clara das condições de execução



Seleção de fornecedor sem capacidade técnica	Falhas na análise da documentação de habilitação técnica	Baixa	Alto	Exigência de comprovação de qualificação técnica compatível com o objeto; análise rigorosa da documentação apresentada
--	--	-------	------	--

### **13 – Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021).**

**13.1.** Após a realização do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e periféricos odontológicos, com fornecimento de peças, mostra-se tecnicamente adequada e necessária para o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapira/MG.

**13.2.** A solução proposta foi analisada sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário, verificando-se sua compatibilidade com as necessidades da Administração Pública e com a estrutura existente para acompanhamento e fiscalização contratual.

**13.3.** Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Saúde não possui em seu quadro de servidores profissionais com capacitação técnica específica para a execução dos serviços de manutenção dos equipamentos odontológicos, o que torna necessária a contratação de empresa especializada.

**13.4.** Ademais, a realização de manutenção preventiva e corretiva periódica contribui para o aumento da vida útil dos equipamentos, evitando a necessidade de substituição prematura dos aparelhos e, consequentemente, a realização de investimentos mais elevados pela Administração Pública.

**13.5.** Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e orçamentária da contratação, sendo recomendada a continuidade do processo administrativo para a realização do procedimento licitatório.

Tapira/MG, 19 de março de 2026.

***Camila Auxiliadora Borges Santos***

***Secretária Municipal de Saúde***



### ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.006/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026**

AO MUNICÍPIO DE TAPIRA/MG (NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, (ENDEREÇO COMPLETO) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que está enquadrada como microempresa/empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não havendo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do Artigo 3º da LC 123/06, alteradas pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores.

(Local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Empresa e assinatura do responsável legal



---

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.006/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026**

Empresa \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, em conformidade com o disposto no art. 63, I da Lei 14.133/2021, DECLARA que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no edital que rege o certame acima indicado.

Local e data.

---

Assinatura e nº do RG do declarante.



## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.006/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026**

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no **Edital Pregão Eletrônico Nº 09.006/2026**, **DECLARA** ao Município de Tapira/MG, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do artigo 156 da Lei 14.133/2021, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa Nome do dirigente da empresa Assinatura do dirigente da empresa



## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.006/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026**

[Nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o no [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade no [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o no [xxxxxxx], para fins do disposto no **Edital Pregão Eletrônico Nº 09.006/2026**, **DECLARA** ao Município de Tapira/MG, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no art. 18, XII da Lei 12.708/2012.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2065.

Nome da empresa \_\_\_\_\_

Nome do dirigente da empresa \_\_\_\_\_

Assinatura do dirigente da empresa \_\_\_\_\_





---

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.006/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_. \_\_. \_\_/\_\_\_\_-\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a). \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ☐. \*

\_\_\_\_\_  
(Data)

\_\_\_\_\_  
(Representante legal)



---

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO SOBRE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.006/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026**

Declaro, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_ cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

\_\_\_\_\_, xx de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal



## ANEXO IX

### DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026**

Declaro, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_ possui aptidão financeira para a execução do CONTRATO e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_, xx de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal

**ANEXO X**

**MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 29/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.006/2026**

O **Município de Tapira/MG**, por intermédio da Prefeitura Municipal de Tapira/MG, inscrito no CNPJ nº 18.140.806/0001-40, com sede na Rua Cristino Ribeiro de Rezende, Nº 32, Centro, Tapira, no Estado de Minas Gerais, denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Exma. Sra. Maura Assunção de Melo Pontes, brasileira, casada, portadora do CPF nº 489.096.296-49 e do RG nº M-3.070.398, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominado contratante e a empresa **RAZÃO SOCIAL** e Nome Fantasia (se houver), tipo de sociedade (LTDA, S/A, ME, etc.), endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado, inscrita no CNPJ sob o nº [xxx], Inscrição Estadual nº [xxx], neste ato representada pelo(a) [cargo] [nome do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [xxx], inscrito(a) no CPF nº [xxx], nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado(a) no endereço [xxx], nº [xxx], Bairro [xxx], Cidade [xxx], CEP [xxx], doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 29/2026, Pregão Eletrônico 09.006/2026**, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e de outras leis aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo mediante as cláusulas e condições a seguir elencadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica de **manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e periféricos odontológicos, com fornecimento de peças, mão de obra e demais insumos necessários**, destinados ao atendimento dos consultórios odontológicos das unidades de saúde do Município de Tapira/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital do Processo Licitatório, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, conforme descrição, quantidades, e valores abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (mensal)	Valor Global
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e periféricos odontológicos, com fornecimento de peças, mão de obra e demais insumos necessários	Meses	12	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX



## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021;
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. A forma da prestação de serviço seja continuada e que conste saldo remanescentes do exercício anterior;
- 2.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento e da prestação dos serviços;
- 2.2.3. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.4. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O modelo da execução contratual, de gestão e fiscalização do contrato, a forma da prestação de serviços, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto constam no Termo de Referência do Pregão 09.006/2026 que integra este contrato independente de transcrição.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. A CONTRATADA não poderá ceder e/ou subcontratar o presente contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1 O valor global do presente contrato de fornecimento é de **R\$ XXXX (XXXXXXX)**, já estando incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de



administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, após a comprovação da regular execução dos serviços e apresentação da nota fiscal ou documento equivalente.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis, o contrato é de fornecimento imediato.

7.2. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso da CONTRATADA.

7.3. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações, condições e exigências constantes deste Contrato e do Termo de Referência em anexo, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter os equipamentos odontológicos condições de funcionamento, garantindo sua adequada operação para atendimento das demandas da Secretaria de Saúde.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Corrigir ou refazer às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.5. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.6. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

- 9.1.11. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.1.13. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.1.14. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.1.16. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.1.17. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.1.19. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.1.20. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.1.21. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.1.22. Quando for o caso, ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.8. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.2. As infrações e sanções administrativa constam no Instrumento Convocatório que integra este contrato independente de transcrição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá no dia xxxxxxxx.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade





de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Ficha: 264**

**Classificação Orçamentária: 021000 10 301 0106 2.0526 0000 339039**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Fica definido que será dada publicidade do extrato do presente contrato no órgão oficial do Município de Tapira/MG, em cumprimento ao disposto no art. 176, parágrafo único, da Lei Federal nº 14133/2021.

17.2. Será disponibilizada a versão física dos documentos nas repartições do Contratante, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Araxá/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pelos métodos autocompositivos.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Tapira/MG, XX,XXXXX de 2026

**MUNICÍPIO DE TAPIRA**  
CNPJ: 18.140.806/0001-40  
CONTRATANTE

(XXXXXXXXXXXXXXXXXX)  
CNPJ: (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS1: \_\_\_\_\_

2: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

